

# Só Questões

**Concurso Público - Ano 2017**  
**Lei 8.069/90 - ECA**



ESTATUTO DA CRIANÇA E  
DO ADOLESCENTE

**1.000**  
**Questões**  
**Fundamentadas**  
**Do**  
**Estatuto da**  
**Criança**  
**e do Adolescente**



*Acerte o alvo!*

*O Diferencial das Concursos*

**Wilma G. Freitas**

**1.000**

Questões Comentadas do ECA - Lei 8.069/90

## **APOSTILA AMOSTRA**

**Para adquirir a apostila digital de 1.000 Questões**

**Comentadas do ECA – Lei 8.069/90**

**acesse o site:**



### **SUMÁRIO**

<b>Apresentação.....</b>	<b>3</b>
<b>Questões.....</b>	<b>4</b>
<b>Respostas.....</b>	<b>290</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>460</b>

## **APRESENTAÇÃO**

O mundo dos concursos públicos tem ganhado uma importância cada vez maior. É surpreendente o número de pessoas que concorrem todos os anos às oportunidades de emprego estável, boas condições de trabalho e salários.

O Estatuto da criança e do adolescente-ECA – Lei 8.069/90 vem sendo exigido nos conteúdos programáticos dos editais das principais bancas em diversos concursos públicos.

O estudo por meio de resolução de questões é extremamente importante para o entendimento e a fixação da matéria. Por vezes, a leitura de um tema de Direito a princípio parece fácil, porém, ao se deparar com o caso concreto, surgem as complicações. Nada melhor do que resolver questões, principalmente quando estas possuem comentários objetivos e de fácil compreensão baseados na doutrina, na legislação e na jurisprudência.

A nossa equipe preocupa-se em oferecer ao concursando um material de estudo especialmente criado para prepara-lo e conduzi-lo ao sucesso.

Também garantimos a atualização desta apostila até a data do envio, pois sabemos que as bancas exploram preferencialmente as alterações nas leis durante a elaboração das provas.

Nunca é demais frisar que é a prática de exercícios que fixa o conhecimento e prepara o candidato para reconhecer as armadilhas preparadas pelas bancas organizadoras dos certames, pois muitas vezes conhecer determinado assunto não é suficiente para assimilar a forma como este conhecimento é cobrado nas provas.

A quantidade de questões aliada à qualidade, rapidez no envio e ao compromisso de conduzir o candidato ao sucesso representam todo nosso diferencial.

**Wilma G. Freitas**

## **QUESTÕES**

**1. Complete a lacuna:**

O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento de apuração de ato infracional, estando o adolescente internado provisoriamente, será de ..... dias.

- ( ) trinta
- ( ) quarenta e cinco

**2. Se numa comarca não for instalado o Conselho Tutelar, as atribuições a eles conferidas pelo ECA serão exercidas pela(o):**

- a) Autoridade judiciária.
- b) Ministério Público.
- c) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- d) Equipe interdisciplinar.
- e) Comissário de Infância e Juventude.

**3. Complete a lacuna:**

A internação sujeita-se ao princípio da .....

- ( ) generalidade
- ( ) excepcionalidade

**4. Analise a veracidade das frases.**

- I. Da concessão de remissão, não poderá ser aplicada medida socioeducativa.
- II. É medida aplicável aos pais o encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- III. Verificada a hipótese de maus tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.

**Está (ao) correta (s):**

- a) I e II.
- b) I.
- c) II e III.
- d) II.
- e) I e III.

**5. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.**

As obrigações previstas na lei nº 8.069/1990, não excluem da prevenção especial outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

- ( ) FALSA.
- ( ) VERDADEIRA.

**6. Complete a lacuna:**

O Conselho Tutelar é órgão .....

- ( ) **jurisdicional**
- ( ) **não jurisdicional**

**7. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.**

O poder público, através do órgão competente, censurará as diversões e espetáculos públicos para fins de atender aos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

( ) **FALSA.**

( ) **VERDADEIRA.**

**8. Analise a veracidade das frases.**

- I. É obrigação do Juizado de Infância e Juventude fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
- II. Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas.
- III. Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.

**Está (ao) correta (s):**

- a) Todas.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) II.

**9. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.**

O vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão.

- FALSA.**  
 **VERDADEIRA.**

**10. Complete a lacuna:**

Para fins do Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança a pessoa até..... anos de idade incompletos.

- dez**  
 **doze**

**11. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.**

A sentença conferirá ao adotante o nome do adotado e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome.

- FALSA.**  
 **VERDADEIRA.**

**12. Analise a veracidade das frases.**

- I. A guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.
- II. A tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até vinte e um anos incompletos.
- III. O adotando deve contar com, no máximo, dezoito anos à data do pedido, salvo se já estiver sob a guarda ou tutela dos adotantes.

**Está (ao) correta (s):**

- a) I.
- b) Nenhuma.
- c) I e II.
- d) II.
- e) I e III

**13. Marque (V), se a assertiva for verdadeira, ou (F), se a assertiva for falsa.**

A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho desfigura o caráter educativo.

- FALSA.**
- VERDADEIRA.**

**14. Complete a lacuna:**

Em cada município deverá haver, no mínimo .....

- Um Conselho Tutelar**
- Dois Conselhos Tutelares**

**15. Analise a veracidade das frases.**

- I. É vedada a adoção por procuração, salvo quando requerida por brasileiros.
- II. A adoção poderá ser formalizada por ambos os cônjuges ou concubinos, desde que ambos tenham completado dezesseis anos de idade, comprovada a estabilidade na família.



- III. A igualdade de direitos entre filhos naturais e adotivos é relativa, não valendo para fins sucessórios.
- IV. O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, exceto aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade.

**O número de assertivas corretas é igual a:**

- a) 0.
- b) 1.
- c) 2.
- d) 3.
- e) 4.

**16. Analise a veracidade das frases.**

- I. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.
- II. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do mesmo ano da eleição presidencial.
- III. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- IV. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

**Estão corretas:**

- a) I, II. e III
- b) II, III e IV.
- c) I, III. e IV
- d) III e IV.
- e) I e IV

**17. Marque V, se a assertiva for verdadeira, ou F, se a assertiva for falsa.**

Terão prioridade de tramitação os processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica.

- ( ) **FALSA.**
- ( ) **VERDADEIRA.**

**18. Analise a veracidade das frases.**

- I. As entidades, públicas e privadas, que atuem nas áreas informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento., dentre outras, devem contar, em seus quadros, com pessoas capacitadas a reconhecer e comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes.
- II. São igualmente responsáveis pela comunicação de suspeitas ou casos de maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes, as pessoas encarregadas, por razão de cargo, função, ofício, ministério, profissão ou ocupação, do cuidado, assistência ou guarda de crianças e adolescentes, punível, na forma deste Estatuto, o injustificado retardamento ou omissão, culposos ou dolosos;
- III. As entidades, públicas ou privadas, que abriguem ou recepcionem crianças e adolescentes, exceto em caráter temporário, devem ter,

**1.000**

Questões Comentadas do ECA - Lei 8.069/90

em seus quadros, profissionais capacitados a reconhecer e reportar ao Conselho Tutelar suspeitas ou ocorrências de maus-tratos;

- IV.** São atribuições do Conselho Tutelar promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes

**Estão corretas:**

- a) I, II. e III
- b) II, III e IV.
- c) I, II. e IV
- d) III e IV.
- e) I e IV.

**RESPOSTAS**

1.

<b>Resposta: Quarenta e cinco</b>
<b>Fundamento</b>
<b>Art. 183 da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA</b>
Quando o adolescente está internado provisoriamente, o processo (ação socioeducativa) tem de ser concluído em 45 dias; do contrário, o adolescente pode impetrar <i>habeas corpus</i> para ser liberado. Quando o adolescente aguarda em liberdade, não há fixação de prazo específico, mas o fato é que todos têm direito de ser julgado em prazo razoável, cuja demora injustificável admite a impetração de mandado de segurança e reclamação perante o Conselho Nacional de Justiça. Muito cuidado, concursandos, pois este prazo é cobrado com certa regularidade em provas.

2.

<b>Resposta: A</b>
<b>Fundamento</b>
<b>Art. 262 da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA</b>

3.

<b>Resposta: Excepcionalidade</b>
<b>Fundamento</b>
<b>Art. 121, caput da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA</b>
Diante da gravidade da medida, a situação do adolescente comporta uma revisão da ordem semestral, cabendo mandado de segurança e, conforme a situação, <i>habeas corpus</i> , caso não seja observado este direito do adolescente, bem como se o adolescente permanecer internado após os 21 anos de idade. Nessa hipótese, a revisão sempre ocorrerá em benefício do adolescente, ou seja, haverá somente progressão de medida, nunca regressão. Os adolescentes internados serão separados, no interior da unidade, por idade, compleição (tamanho e força) física, sexo e gravidade da infração praticada e não poderão ficar próximos das crianças e dos adolescentes que estão sob tutela estatal para fins de adoção ou aguardando uma reinserção familiar.

4.

<b>Resposta: C</b>
<b>Fundamento</b>
<b>Art. 126, caput da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA</b>
<b>Art. 129, caput, III da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA</b>
Esse Estatuto não define apenas formas de ensinar responsabilidade às crianças e adolescentes, mas também aos pais ou responsáveis.

**Art. 130, caput da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA**

A medida cautelar é de proteção, preventiva e não definitiva. Não são necessárias provas concretas para definição dessa medida, basta mero indício de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável para que a autoridade judiciária competente possa determinar o afastamento do agressor do convívio em comum da criança ou adolescente.

5.

**Resposta: V****Fundamento****Art. 72 da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA**

6.

**Resposta: Não jurisdicional****Fundamento****Art. 131 da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA**

Inobstante o Conselho Tutelar não possuir função jurisdicional, tal órgão exerce efetivamente uma parcela do denominado Poder Público, consoante preconiza a Constituição Federal de 1988, sendo que a doutrina aponta que este tem poder de influência sobre outras esferas administrativas.

7.

**Resposta: F****Fundamento****Art. 74, caput da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA**

É importante ressaltar, neste artigo, a importância do cuidado com prefixos, com palavras com sentido negativo ou de obrigatoriedade ou faculdade.

8.

**Resposta: C****Fundamento****Art. 10, caput, IV da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA****Art. 11, § 2º da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA****Art. 12 da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA**

Temos aqui um dos truques mais clichês das bancas de concursos em geral: o termo “deverão”. Essa palavra nos remete ao entendimento de uma obrigatoriedade. Indica o que iremos fazer necessariamente. O examinador da banca tende a trocar essa obrigatoriedade sempre por uma faculdade; então, o caráter vinculado desaparece dando espaço para o caráter discricionário.

9.

**Resposta: V****Fundamento****Art. 47, caput da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA**

10.

<b>Resposta: doze</b>
<b>Fundamento</b>
<b>Art. 2º, caput da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA</b>
<p>No aspecto social, temos aqui uma discussão infinita, posto que a lei leva apenas em conta o critério da idade cronológica para estabelecer a distinção entre crianças, adolescentes e adultos, não considerando aqui aspectos cognitivos, intelectuais, culturais, sociais e comportamentais. A ideia aqui do estabelecimento das idades tem como principal fundamento o de embasar a imputabilidade e servir de meio divisor para aplicação de medidas socioeducativas.</p> <p>Sabemos bem, segundo Jean Piaget e Henry Wallon, sobre as fases de desenvolvimento cognitivo e de maturação (maturidade) do indivíduo, mas é notório que Lev Vygotsky estava certo ao afirmar que o meio em que o educando está inserido pode gerar a aceleração do processo de aprendizagem assim como o retardo, dependendo da quantidade de estímulos a que o educando está submetido. Em vários aspectos, a nossa sociedade moderna tem proporcionado essa aceleração principalmente dentro das grandes capitais; basta olharmos as crianças que estão ao nosso redor hoje, nossos filhos, sobrinhos, enteados e notamos que eles formulam raciocínios e pensam em coisas que na idade deles nem chegávamos perto de conjecturar. Isto é decorrente da quantidade de estímulos mentais disponíveis a nossa volta. Como consequência temos jovens com idade de 15, 16 ou até menos com plena consciência de seus atos e capazes de estabelecer perfeita relação entre causa e efeito. Outrossim, a necessidade de se estabelecer legalmente um critério de idade universal único é imprescindível para fins de imputação de responsabilidade. O que cabe, aqui, é a reflexão mínima, baseada no fato de os conceitos de criança e de adolescente serem subjetivos e de seus limites etários serem convenções legais.</p>

11.

<b>Resposta: F</b>
<b>Fundamento</b>
<b>Art. 47, § 5º da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA</b>
A sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome.

12.

<b>Resposta: E</b>
<b>Fundamento</b>
<b>Art. 33, caput da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA</b>
Em uma prova de concurso público, as bancas podem conservar a redação original com uma única ressalva, onde a sentença menciona que quem detém a guarda não pode opor-se aos pais, dando a entender que os pais têm poder decisório sobre eventual detentor da guarda, algo que não ocorre.
<b>Art. 36, caput da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA</b>
<b>Art. 40 da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA</b>
Há um limite máximo de idade pra o adotando, que é da ordem de 18 anos, sendo que se este menor já estiver sob a guarda dos adotantes, poderá ser

concedida a adoção com mais de 18 anos. Os adotantes são os maiores que se propõem a adotar o menor.

**13.**

<b>Resposta: F</b>
<b>Fundamento</b>
<b>Art. 68, § 2º da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA</b>
Não desfigura.

**14.**

<b>Resposta: Um Conselho Tutelar</b>
<b>Fundamento</b>
<b>Art. 132 da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA</b>

**15.**

<b>Resposta: A</b>
<b>Fundamento</b>
Art. 39, § 2º da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA
Muitos atos da vida civil podem ser praticados por procuração. No entanto, o procedimento de adoção deve ter a ação pessoal dos interessados, havendo uma vedação expressa nesse parágrafo de fazê-lo por procuração.
Art. 41, caput, § 1º da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA
Art. 9º, caput da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA

**16.**

<b>Resposta: E</b>
<b>Fundamento</b>
<b>Art. 139, caput da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA</b>
Art. 139, § 1º da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA
Art. 139, § 2º da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA
<b>Art. 139, § 3º da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA</b>

**17.**

<b>Resposta: V</b>
<b>Comentário</b>
<b>Art. 47, § 9º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA</b>

**18.**

<b>Resposta: C</b>
<b>Fundamento</b>
<b>Art. 70-B, caput, 71 da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA</b>
<b>Art. 70-B, Parágrafo único da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990-ECA</b>
Art. 94-A da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA
<b>Art. 136, caput, XII da Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - ECA</b>

## BIBLIOGRAFIA

- **BRASIL. Constituição 1988** : Constitucional de 5 de outubro de 1988. Ed. atual. – Brasília, Presidência, Atualizada até o ano 2017.
- **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- **LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990**: Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- **LEI Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993**: Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;
- **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- **LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012**: Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- **LEI Nº 13.257, DE 8 DE MARÇO DE 2016**: Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012.
- **LEI Nº 13.306, DE 4 DE JULHO DE 2016**: Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a fim de fixar em cinco anos a idade máxima para o atendimento na educação infantil.
- **LEI Nº 13.370, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2016**: Altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para estender o direito a horário especial ao servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência de qualquer natureza e para revogar a exigência de compensação de horário.



**1.000**

Questões Comentadas do ECA - Lei 8.069/90

- **LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017:** Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- **LEI Nº 13.436, DE 12 DE ABRIL DE 2017:** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para garantir o direito a acompanhamento e orientação à mãe com relação à amamentação.
- **LEI Nº 13.438, DE 26 DE ABRIL DE 2017:** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a adoção pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de protocolo que estabeleça padrões para a avaliação de riscos para o desenvolvimento psíquico das crianças.
- **LEI Nº 13.440, DE 8 DE MAIO DE 2017:** Altera o art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente
- **LEI Nº 13.441, DE 8 DE MAIO DE 2017:** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para prever a infiltração de agentes de polícia na internet com o fim de investigar crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente.
- **LEI Nº 13.509 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017:** Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

## COMO ADQUIRIR

<b>40,00</b>	<b>1000 QUESTÕES COMENTADAS DO ECA - LEI 8.069/90</b>
--------------	---

**Você pode adquirir essa apostila efetuando o pagamento através de:**

**A) Depósito em conta**

**Favorecida: Wilma Gomes de Freitas**

**Banco: BRADESCO**

**Agência: 3065-1 (Teófilo Otoni-MG)**

**Conta: 96730-0 (Corrente e poupança)**

**CPF: 206.846.656-20**

**1.000**

Questões Comentadas do ECA - Lei 8.069/90

OU

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **CAIXA**

Agência: **3662** (Teófilo Otoni-MG)

Operação: **013**

Conta: **10964-9** ( poupança)

CPF: **049.774.563-19**

E

Favorecido: **Vivian Alves Gomes de Freitas**

Banco: **Banco do Brasil**

Agência: **0099-X** (Cajazeiras)

Conta: **29563-9** (Conta corrente)

CPF: **049.774.563-19**

Envie para o nosso e-mail [odiferencialconcursos@bol.com.br](mailto:odiferencialconcursos@bol.com.br) os dados do depósito (data, nº do documento e valor) e o nome da apostila adquirida.

**B) PAGSEGURO**

**Acesse o site [www.odiferencialconcursos.com.br](http://www.odiferencialconcursos.com.br) . Logo abaixo da apostila tem o botão do PAGSEGURO. É só clicar e seguir as instruções.**

**OBSERVAÇÃO:** Depois de concluída a negociação através de depósito ou do Pagseguro, caso não localize a apostila na sua **CAIXA DE ENTRADA**, favor verificar nas pastas **LIXO, QUARENTENA** ou **SPAM**.

**Maiores esclarecimentos:**

**TIM**      **041 (33) 99161.3584**

**OI**        **031 (33) 98897-7616**

**CLARO**   **021 (33) 98404-0953**

**VIVO**     **015 (33) 99976-2642**

**1.000**

Questões Comentadas do ECA - Lei 8.069/90

**FIXO: 031 (33) 3522-9494**

**WhatsApp: (33) 991155186** 

**E-mail: [odiferencialconcursos@bol.com.br](mailto:odiferencialconcursos@bol.com.br)**

**[odiferencialconcursos@uol.com.br](mailto:odiferencialconcursos@uol.com.br)**

[APROVEITE E BAIXE OUTRAS APOSTILAS AMOSTRAS \(ANEXOS\)](#)

 **odiferencial**  
CONCURSOS  
[www.odiferencialconcursos.com.br](http://www.odiferencialconcursos.com.br)